



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 12 (14/12/2023)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia 14 de dezembro de dois mil e vinte e três

-----Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência da 1.ª Secretária da Assembleia, Maria Natália Gonçalves da Silva, que estava em substituição da Presidente da Assembleia, Rita Maria dos Ramos de Abreu. Esteve também presente o segundo-secretário, André Geraldo da Côrte. -----

-----O segundo-secretário da Mesa da Assembleia procedeu à verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Zélia Maria Pereira da Encarnação, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu Junqueira, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira, Francisco Paulo Pestana; pelo **PS**: Humberto Jorge Faísca da Silva, Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Rui Pedro Fernandes de Almeida, Laureano Secundino Ascensão de Macedo, Elsa Maria de Abreu Gomes; pelo **CHEGA**: Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Celestino Gomes Sebastião.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Gonçalves (Em representação de João David Jardim de Sousa - PJF de Campanário), Cristina Maria Camarata Abreu (Em representação de Marco Nuno Correia Martins - PJF Ribeira Brava), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJF da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJF da Tabua).-----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vereador Rafael João Figueira de Sousa, o Vereador José Paulo Santos Andrade e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva. -----

W3
AG



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Pelas dez horas e doze minutos, após verificada a existência de quórum, a Primeira Secretária da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----A Primeira Secretária informou que a Exa. Sr.^a Presidente da Assembleia, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava, o Presidente da Junta de Freguesia de Campanário e a deputada Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, não puderam estar presentes estando em sua substituição o Sr. Francisco Paulo Pestana, a Sr.^a Cristina Maria Camarata Abreu, João José Gonçalves e a Sr.^a Zélia Maria Pereira da Encarnação respetivamente.

-----Prosseguiu-se a discussão da ata do dia 27 de setembro de 2023. A Primeira Secretária informou que os deputados Laureano Secundino Ascensão de Macedo, João José Gonçalves e Zélia Maria Pereira da Encarnação, pelo facto de não terem estado na última sessão, não poderiam participar na votação da referida ata. Colocada a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

-----Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento da trabalhadora da Autarquia, Maria Isabel Silva Andrade de Freitas: “O Movimento Ribeira Brava em Primeiro, o Partido Socialista e o CHEGA apresentam um voto de pesar pelo falecimento da trabalhadora da autarquia, Maria Isabel Silva Andrade de Freitas, no dia 9 de dezembro de 2023. Entrou ao serviço da Autarquia em 1984 para o cargo de leitora cobradora de consumos de 2.^a classe e em 1987 passou para 3.^a oficial. Em 1991 passou a exercer o cargo de 2.^o oficial administrativo – oficial administrativo e em 2001 passa a Chefe de Secção até o ano de 2007, em que passa a Chefe de Repartição. Em 2022 foi nomeada Coordenadora da Unidade de Gestão Financeira e Administração Geral, cargo que exerceu até ao dia do seu falecimento. Ao longo de 39 anos ao serviço da população ribeira-bravense, Maria Isabel Silva Andrade de Freitas foi uma trabalhadora empenhada e dedicada, dando um relevante contributo à missão de prestação de serviço público do Município, tendo inclusive em 2001 recebido a Menção de Mérito Excecional. Foi com um grande sentimento de tristeza que tomamos conhecimento da sua partida e endereça sentidas condolências à sua família e amigos. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: - Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento; - Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; - Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem. Paços do Concelho



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

da Ribeira Brava, 13 de dezembro de 2023, O líder do Grupo Municipal do RB1 – Hélder Manuel Gouveia Gomes, O líder do Grupo Municipal do PS – Rui Pedro Fernandes de Almeida, O líder do Grupo Municipal do CHEGA – Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio.”

DELIBERAÇÃO: Colocado a votação, o Voto de Pesar foi aprovado por Unanimidade-----Foi prestado um minuto de silêncio pelo falecimento da trabalhadora da Autarquia, Maria Isabel Silva Andrade de Freitas.

-----Interveio o deputado Vítor Abreu (RB1), cumprimentando todos os presentes e agradecendo ao senhor presidente e ao vereador com o pelouro da iluminação e decoração de natal da baixa e em todo o concelho, referindo estar uma obra de arte e que tem vindo a melhorar de ano para ano. Agradeceu também à senhora Celeste pelos presépios que elabora no Município. Realçou que atrai muitas pessoas, até estrangeiros e que a senhora Celeste merecia até um louvor pela imaginação e capacidade de idealizar os mesmos, sendo notada uma melhoria de ano para ano. Considerou igualmente o seu trabalho uma obra de arte. O senhor deputado questionou se o senhor presidente e/ou os vereadores têm conhecimento de um barco que está parado/ estacionado na Estrada da Santíssima Trindade e que está a ocupar a totalidade do passeio e parte da faixa de rodagem. Indicou que essa situação prejudica a circulação dos peões e a visibilidade de quem vem no sentido descendente.

-----Tomou a palavra o vereador Rafael Sousa (RB1), que cumprimentou todos os presentes e indicou que havia tomado conhecimento desse barco estacionado no dia anterior. Referiu que já foram removidos dois barcos da via pública e que seriam tomadas as devidas providências: em primeiro solicitar ao dono que tome a iniciativa de transportar o barco para um lugar mais adequado e depois caso este não acate essa ordem serão tomadas outras medidas.

-----O deputado Vítor Abreu (RB1) questionou quem informou o senhor vereador sobre essa questão e referiu que seria bom que tirassem esse barco antes das missas de parto/ noite de natal.

-----O vereador Rafael Sousa (RB1) indicou que teve conhecimento através do presidente da Junta de Freguesia da Tabua e que seriam tomadas as devidas providências.

CS
R



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Interveio o deputado Bruno Correia (RB1) abordando um assunto que considera grave e que cria mau ambiente, referindo-se aos estacionamento. Indicou que é sabido que a Ribeira Brava está em obras, mas que o estacionamento é uma vergonha. Referiu que os residentes da freguesia pagam IMI e que isso serve para manutenção das zonas circundantes à sua habitação: estradas, veredas.... Indicou que há casas antigas que não têm estacionamento. Referiu que a PSP multa os carros conforme 'dá na vinheta', e que ou se tapa os olhos a tudo desde que não esteja a impedir o trânsito... ou não se multa ninguém. Deu exemplos de situações que constatou, em que umas acabam com multa e outras não, as quais até o senhor deputado considera mais grave. Referiu tratar-se de muitas situações com residentes.

-----Tomou a palavra o senhor Presidente, cumprimentando todos os presentes e referindo que concorda com o alerta feito pelo deputado Bruno Correia (RB1), e que já muito antes das obras havia sido detetado essas situações. Indicou que têm alertado constantemente à PSP para agir e que a competência de ver a irregularidade é da polícia. O senhor presidente deu conta de outras situações que acontecem, nomeadamente o desaparecimento repetido de sinais de trânsito. Mais informou que têm alertado continuamente para a Rua 1.º de Dezembro em que os moradores querem sair e não conseguem. Salientou que os moradores também têm de reportar essas situações à polícia. Explicou que foi solicitado ao Comandante, com esta situação de obras, para analisar a necessidade de colocação de mais sinais às entradas para evitar essas situações. O senhor Presidente referiu que há estacionamento e que há um parque do outro lado que está vazio, havendo aproveitamento desta situação das obras para pararem em qualquer lugar. Realçou que também tem de haver sensibilidade por parte da polícia. Indicou que para os residentes que não têm garagem há um pacote especial de pagamento de estacionamento para residentes, e que o pessoal que vem de fora, trabalhadores e visitantes têm locais para estacionar.

-----O deputado Bruno Correia (RB1) enalteceu algumas situações irregulares, referindo que a Câmara tem de ter a sensibilidade de tentar abordar esta situação junto da PSP.

-----Interveio o deputado Laureano Macedo (PS), cumprimentando todos os presentes e salientou uma situação que necessita de alguma atenção, referindo não ser de competência direta da Câmara Municipal, mas sim da ARM, expondo a indevida deposição de lixo

ews



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

entre o Caminho da Terça e o Caminho da Fonte Pinheiro. O deputado apresentou fotografias comprovativas do indicado e referiu que esta não é uma situação nova, uma vez que já possui registos de várias datas/meses. Alertou que há pessoas de fora que vêm ali deitar o lixo e que este já é um problema de saúde pública e ambiental. Indicou não saber em que medida o senhor presidente conjuntamente com a ARM poderá verificar esta situação. Abordou ainda a questão dos estacionamento referindo solidarizar-se com o deputado Bruno Correia nessa situação, porque de facto a questão do estacionamento tem sido um pouco abusivo, fato que também se verifica nas zonas altas. Indicou que é preciso disciplinar essa situação, uma vez que há moradores com mais do que um veículo, referindo que São João parece o mercado de Cabul. Questionou o senhor presidente sobre a solução deste assunto. O senhor deputado solicitou que o executivo estabeleça contato com o Conselho de Administração da Rodoeste, porque não é possível continuar com a atual frota, visto que a população está envelhecida e não existem condições adequadas para as pessoas com mobilidade reduzida. Referiu que alguns autocarros nem são adequados para as 'nossas' estradas pela quantidade de carros que se encontram estacionados na berma das estradas. Indicou ser necessário a modificação da frota automóvel da Rodoeste, pois as pessoas idosas nem conseguem subir e entrar nos referidos autocarros. Referiu exemplos de familiares com esse tipo de dificuldades.

-----O senhor Presidente respondeu, relativamente à ARM, que têm andado constantemente com alertas, e até envio de fotografias diretamente para o próprio presidente do Conselho de Administração da ARM. Indicou que já tinham conhecimento da situação reportada. Deu exemplos de situações semelhantes, nas quais o local tinha sido limpo e decorrido um curto espaço de tempo regista-se novamente o depósito desordenado de lixo. Explicou que sempre que têm conhecimento dessas situações, é quando têm é reportado imediatamente à ARM. Sobre os estacionamento nas zonas altas, reforçou a intervenção do senhor deputado, salientando a quantidade de carros por famílias, no entanto questionou se cabe ao Município limitar a quantidade dos mesmos por família. Explicou ser impossível resolver todas as situações. Uma das soluções poderia implicar a aquisição de uma faixa de terrenos junto às estradas e fazer uma terceira via para estacionamento, mas considera que mesmo assim iria aparecer estacionamento em segunda fila. Indicou que outra solução passaria pela proibição de

CVS
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

estacionamento, no entanto temos de considerar que existem pessoas que habitam longe da estrada e têm de parar os veículos ali. Relativamente à Rodoeste indicou que já há vários anos e através de contato com um dos gerentes da Rodoeste e sabe que não foi possível a aquisição de autocarros novos até há pouco tempo,

----Tomou a palavra a deputada Zélia Encarnação (RB1), que cumprimentou todos os presentes e parabenizou a Câmara pelas festividades de natal. Indicou que se tem notado ao longo dos anos um cuidado com a apresentação e com as festividades da época. Referiu que este ano o mercadinho de natal estava muito bem posicionado e que a frente vila da Ribeira Brava estava muito bem organizada. Realçou que comparativamente a outros concelhos, a Ribeira Brava merecia ser destacada. Felicitou também pela campanha que a Câmara dinamizou, de adesão às lojas locais: “Este Natal eu opto pelo Comércio Local.” Referiu ser uma excelente campanha, que é valorizar o que é da Ribeira Brava e um incentivo ao consumo local. Disse também, ainda sobre as festividades de dezembro, que notou a inclusão da Serra de Água, e que já está havendo uma grande abertura às freguesias devendo continuar assim. Enalteceu que existe uma grande oferta no plano das festividades, e que todos os intervenientes na organização estavam de parabéns.

----Interveio o deputado António Silva (RB1), que cumprimentou todos os presentes, e abordou a questão do lixo, indicando que na Serra de Água também é um problema corrente. Explicou que, no passado as pessoas que tinham transporte adequado dirigiam-se diretamente à Meia Légua, onde o lixo era aceite. No entanto, aquando das obras no referido espaço, a entrega passou a ser proibida, pelo que não sabia se atualmente funcionava ou não.

----O senhor presidente explicou que ainda existe essa possibilidade e que as obras foram realizadas com o objetivo de redimensionar e melhorar o espaço. Explicou que os lixos das limpezas camarárias são entregues diretamente no ecocentro.

----O deputado Bruno Correia (RB1), aludindo à sua última intervenção, esclareceu que não estava a criticar o estacionamento abusivo porque as pessoas estacionam devido à necessidade. O deputado abordou o muro existente entre o pavilhão e estrada da Via Expresso junto à escola primária da Ribeira Brava, referindo que o mesmo é relativamente baixo, tornando-se perigoso. Indicou que deveria ter uma proteção mais elevada. Referiu não saber se é uma situação da responsabilidade da Câmara ou das Estradas Regionais,

CWS



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

mas salientou a necessidade de uma vedação. Sobre a entrada na Escola Primária, pela Rua 6 de Maio, questionou sobre a hipótese de criar outra entrada nas traseiras, aquando das obras na referida rua, o que tornaria mais seguro a paragem das viaturas para entrega e recolha das crianças. O senhor deputado indicou, sobre a questão do lixo, já ter solicitado a recolha de materiais à ARM, e que a mesma foi relativamente rápida.

-----O senhor presidente respondeu, relativamente ao muro do pavilhão, que a situação será analisada, no entanto visto tratar-se de Estrada Regional terá de ser primeiramente tratada com a entidade correspondente. Sobre a entrada da escola, esclareceu que as pessoas se esquecem de que podem entrar no estacionamento e por conseguinte diretamente na escola. Sobre a criação de nova entrada nas traseiras, realçou que para isso seria necessário que a escola contratasse um funcionário para a mesma. Indicou que retirar a atual entrada seria complicado para os que já seguem caminho para a via rápida, e que provavelmente iria causar um maior transtorno na Rua 6 de Maio.

-----Interveio o deputado Rui Almeida (PS), cumprimentando os presentes e indicando, a título sugestivo, a possibilidade de colocação de um contentor grande nos locais onde se verificam os referidos despejos. Referiu ainda que a ARM poderia criar um sistema de agenda para a recolha, sendo esta uma ideia para minorar o problema. Sobre os estacionamentos das zonas altas, o senhor deputado indicou discordar do deputado Bruno Correia, uma vez que também mora na zona de São João, onde efetivamente é um problema grave. Indicou que a solução não é impedir as pessoas de terem vários veículos, mas talvez passaria pela questão do Plano Diretor Municipal, nomeadamente no que se refere a um aumento dos afastamentos quando se constrói as habitações; sensibilizar a pessoas no sentido de cederem terreno para alargamento de vias, para passeios e estacionamentos. Tentar minorar os efeitos do antigamente e “obrigar” as pessoas a evoluir.

-----O senhor presidente disse que o sistema de agendamento já existe, e houve uma altura que faziam recolhas ao sábado. Disse ainda que o problema é que muita gente não telefona e deposita indevidamente. Relativamente à colocação de grandes contentores, o senhor presidente realçou que isso poderá levar posteriormente ao depósito de resíduos de construção e demolição (RCD) o que seria mais um problema. Esclareceu que há no concelho uma empresa que recebe restos de obras para fazer blocos e que há uma outra

CS
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

empresa que está a instalar-se no Parque Empresarial para receber todo o tipo de RCD e dar um novo uso aos mesmos.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

-----O senhor presidente indicou, em relação à vida concelhia, que estão a ser desenvolvidos trabalhos em todas as áreas. Assim, continua o apoio para reabilitação de habitações de famílias carenciadas e no corrente ano a execução tem sido superior ao ano anterior. Indicou que tem aumentando o número de idosos que beneficiam do apoio ao nível da medicação, exames complementares e aquisição de fraldas. Explicou que será proposto um aumento dos valores máximos desses apoios, para entrar em vigor a partir do dia 1 janeiro de 2024. Indicou que têm ajudado no apoio de candidaturas para benefícios ao nível da estratégia local da habitação. Apontou terem sido detetadas algumas emergências sociais e que as mesmas têm sido resolvidas. Referiu ter ocorrido o aniversário dos direitos das crianças que foi devidamente comemorado, numa parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Disse que continua a apoiar os programas de emprego, bem como os estágios profissionais, referindo serem uma mais-valia para quem o faz e para as entidades do Município. A nível da saúde, enumerou as ações realizadas, rastreios e também a nível da alimentação saudável. Indicou também as ações alusivas à violência e discriminação das mulheres e a dinamização do espaço de São João. Sobre o comércio, a campanha: “Este Natal eu opto pelo Comércio Local.”, indicou que já haviam sido entregues cerca de 80 mil cupões. Sobre as festividades de Natal, concordou que a Ribeira Brava está mais bonita, diferente do ano passado, e realçou que o trabalho da decoração é um trabalho *made in* Ribeira Brava, e o projeto de decoração foi elaborado pelo gabinete técnico da câmara, a empresa que ganhou o concurso é também da Ribeira Brava. Saliu o mercadinho de natal e o comboio, indicando ser a alegria das crianças. Realçou que também foram apoiados outros eventos como a Festa do Maracujá e a Festa da Castanha da Serra. Referiu a dinamização do Espaço do Artesão e da Biblioteca Municipal, a campanha de vacinação veterinária, a

WS



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

parceria com a AMRAM ao nível das esterilizações e a campanha municipal de adoção. A nível da educação informou a continuação dos apoios, o pagamento efetuado da primeira tranche da bolsa de estudo aos alunos do ensino superior e a realização do Segundo Encontro da Educação. Realçou o trabalho educacional que tem sido feito em parceria com as escolas a nível ambiental, promovendo algumas ações quer de limpeza, quer de sensibilização. A nível da Proteção Civil informou terem sido registados uns deslizamentos de rochas numa escarpa no Espigão, que contaram logo com o auxílio dos rocheiros do Governo Regional para fazer a avaliação, estando previsto o trabalho final para inícios de janeiro, proporcionando assim uma maior tranquilidade às pessoas que ali vivem. Indicou que a Vereda do Poço no Espigão, a Vereda do Boqueirão na Serra de Água foram requalificadas, tendo sido feitas várias obras de proximidade por administração direta. Informou várias obras entre as quais: o início da construção do Parque Infantil na Rua 6 de Maio; obras de alargamento da Vereda do Firmo, na Ribeira Brava; sobre o Caminho da Pedra, se tudo corresse bem, o processo seguiria para visto do tribunal de contas, neste ano ou primeira semana de janeiro; a continuação da regeneração do centro da vila e do centro da Serra de Água. Salientou outras três obras: a da Boa Morte, Porto da Ribeira e Corujeira. Referiu a dificuldade em arranjar mão de obra o que não facilita o curso normal das obras. O senhor presidente abordou ainda a questão da taxa turística, dando conta de uma reunião da AMRAM, onde o tema foi debatido tendo sido decidido criar um pequeno grupo de trabalho para a criação de um regulamento, no qual não haja grande disparidade das condições de concelho para concelho. A ideia será a criação da taxa municipal turística que será adaptada à realidade de cada município. Indicou que o Regulamento de Apoio aos Jovens até 35 anos segue para discussão pública para incentivar e facilitar a aquisição, recuperação ou construção de habitação própria permanente. Explicou que a existência de isenção na taxa no IMT em caso da compra; isenção do IMI durante 5 anos para imóveis até 200 mil euros, e no caso de ser um casal de jovens com dois ou mais dependentes até 250 mil euros. Informou que o documento vai para discussão pública e aconselhou a sua devida análise e eventuais sugestões. Salientou que todas as boas ideias são bem-vindas, para poder criar o documento final, e submeter à Assembleia Municipal. O senhor presidente esclareceu ainda que, na última sessão, havia sido questionado por um deputado relativamente à

CF



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

questão da auditoria das contas, o valor de diferença dos outros, visto ter existido um acréscimo de cinco mil euros o que reflete o aumento do valor de custo da mão de obra, além disso decorrerá um trabalho adicional a nível das reservas do património, a nível da adaptação da analítica que não está de acordo com a realidade camarária e também de adaptação de alguns mapas específicos. O senhor presidente enalteceu o trabalho desenvolvido com o intuito de melhorar a vida dos ribeira-bravenses assim como a receção de quem visita a Ribeira Brava, tendo em conta a importância dos visitantes nomeadamente na criação de trabalho.

-----Interveio a deputada Zélia Encarnação (RB1) para falar sobre a questão da taxa turística, indicando que apenas o concelho de Santa Cruz a tem, e que está a ser cobrado um euro por hóspede, diariamente. Realçou a necessidade de ter cuidado com essa taxa, visto que a pessoa responsável pelo alojamento recebe esse valor o que poderá causar transtorno por ser mais um assunto que o anfitrião terá de resolver. Indicou que o regulamento deveria estipular o seu pagamento pelo hóspede antes de entrar no alojamento/ espaço turístico, realçando que por vezes nem chega a haver esse contacto direto entre hóspede e anfitrião. Abordou a importância da uniformidade da taxa em todos os concelhos ponderando se esta questão favorecerá ou não o turismo.

-----O senhor presidente informou a existência de dois concelhos na RAM que têm regulamento aprovado, mas apenas o de Santa Cruz encontra-se em vigor. Deu exemplo de outras cidades portuguesas onde se aplica essa taxa. Indicou que a responsabilidade de cobrar a taxa geralmente cabe ao dono do alojamento. Em relação ao fato de um concelho ter e outro não, salientou ser opcional. Reforçou, que a seu entender, essa taxa só faz sentido para ser aproveitada na recuperação e regeneração de espaços com eventual interesse turístico no concelho.

-----O deputado Bruno Correia (RB1) concordou com a questão da taxa turística, e que no caso da Ribeira Brava servirá para manutenção e inicialmente recuperação de eventuais estragos. Sobre o seu pagamento, sugeriu que este poderia ser anual ou semestral, para pequenos alojamentos, em vez de ser mensal.

-----O senhor presidente realçou a existência de um aumento de fluxo de estrangeiros na Vila, sendo visível o seu movimento.

ew5



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Interveio o deputado António Silva (RB1), referindo ser totalmente a favor da desburocratização, adiantando que esse processo deveria ser praticamente automático.

-----O deputado Bruno Correia (RB1) salientou que se trata de processos com muita burocracia o que torna o processo mais complicado.

-----A deputada Zélia Encarnação (RB1) referiu que o turismo da região, geralmente, não é um turismo sedentário pelo que os turistas reservam estadia por toda a ilha, sendo esta taxa paga em alguns concelhos e noutros não. Reforçou ser importante a existência de um regulamento regional para uniformizar esta questão.

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que os “novos turistas”, mais jovens, talvez não gostem de hotéis e alojamentos locais, pelo que existe carência de parques de campismo e outros espaços de alojamento para os mesmos. Referiu existir um desequilíbrio entre os interesses dos empresários com alojamentos e os turistas low cost. Realçou ser uma situação a ponderar no futuro, que passa pelo entendimento entre municípios e a administração regional, no sentido de encontrar um consenso na normalização dos montantes a praticar entre os diferentes municípios.

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) congratulou o executivo pelas taxas de execução apresentadas, referindo que são dignas de louvor.

-----Foi sugerida e aceite por unanimidade a apresentação conjunta do Ponto 2, Ponto 3 e Ponto 4, sendo a respetiva votação realizada, posteriormente em separado.

PONTO 2 - Discussão e votação da proposta de Orçamento para o ano de 2024, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 3 - Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2024, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 4 - Discussão e votação do Plano de Atividades para o ano de 2024, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

-----O senhor presidente indicou que o orçamento, para 2024, rondava o valor de 19.085.000,00€, sendo um orçamento mais baixo que o do ano anterior, no qual foram contempladas médias das rubricas, até finais de setembro. Realçou a receita corrente no valor de 14.799.444,50€, correspondendo a cerca de 77,5% do orçamento, onde se inclui os impostos diretos, tais como o IMI, IUC, IMT. Indicou outras rubricas, respetivos



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

valores e percentagens orçamentais verificando-se um aumento dos impostos diretos, relativamente ao ano anterior. Sobre as transferências correntes indicou a existência de um aumento de cerca dos 14%. Informou que foi com base na proposta de orçamento nacional, e que o mapa das transferências decorre da lei, não sofrendo alteração, incidindo sobre os valores referentes à verba do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal. Explicou ainda que a fórmula deste último tem a ver com o número de crianças em termos de creches, no primeiro, segundo, terceiro ciclo e secundário, o número de ciclos, o número de alojamentos e o número de idosos em lar. Informou que está previsto no orçamento da república, a verba que compete ao Município, relativamente ao excedente orçamental do ano anterior, que antes era sempre colocada nas receitas de capital, agora é possível colocar 50% na corrente e 50% na capital, explicando assim o valor de 633.964,50€ de excedente orçamental neste orçamento, que consta nas transferências correntes. Abordou ainda os valores correspondentes à venda de bens e serviços, onde se inclui as rendas, parques de estacionamento, parcómetros e outros serviços. Sobre a receita corrente realçou o facto de ter havido aumento na receita, mas o IMI na taxa mínima. Referiu que isentaram a DERRAMA no Município, deixando as empresas que têm lucros para investirem, sendo uma forma de incentivo e atrativo para se instalarem na Ribeira Brava. Explicou que, embora recebam algumas verbas em termos de impostos, não podia haver mais redução. A nível da receita capital, indicou que o orçamento tem cerca de 4,2 milhões, sendo visível o seu decréscimo relativamente ao ano anterior. O senhor presidente explicou que relativamente ao ano anterior constava a obra da regeneração num valor aproximado de 5 milhões, sendo que agora consta cerca de um milhão e tal para executar. A nível da despesa, explicou que 46% são despesa corrente, sendo a despesa com pessoal cerca de 17%. Explicou que, não foram contemplados aumentos de salários mínimos, nem questão de transição, tendo em conta o Orçamento da República quanto a isso, podendo ser necessário ainda fazer algum reforço nalguma rubrica. Sobre a aquisição de bens e serviços indicou ter existido um aumento, relativamente ao ano anterior de cerca de 6.6%, realçando o aumento contínuo do custo de vida. Referiu o aumento das despesas com juros, devido aos empréstimos. A nível da despesa de capital, cerca de 54% que correspondem a 10 milhões de euros, indicou na aquisição ao nível da despesa no capital verificar-se uma redução de cerca de 25%.

ews

A handwritten signature or set of initials in blue ink, appearing to be 'A' or 'B' with a flourish.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Informou que serão mantidos os valores das transferências para as Juntas de Freguesia, em termos capitais e ter-se verificado um aumento da amortização dos empréstimos. Sobre o plano de atividades, está contemplado o valor aproximado de dois milhões e meio, realçando as atividades sociais e o aumento do apoio ao idoso. Revelou existir a intenção de, no próximo ano letivo, aumentar a participação no apoio às famílias nas creches, nas bolsas de estudo e no material escolar, a nível de 10%. Informou também que o polo de emprego é para manter; tal como o apoio à universidade sénior; a dinamização do espaço de São João e a dinamização da Escola de São Paulo, após concordância do Património. No próximo ano, referiu o concurso para implementar em todas as salas do primeiro ciclo dos quadros interativos curriculares, e as SMARTTV nas salas de pré-escolar. Informou estar a aguardar abertura da ADRAMA para avançar com a requalificação da escola do Lombo do Moleiro, numa possível parceria com a Junta. Referiu a intenção de mudança da cobertura da Escola da Serra de Água, realçando a falta de mão de obra necessária para tal. Informou que os trabalhos de manutenção nas escolas são para manter e com o objetivo de reforçar as bibliotecas das escolas primárias já tinha sido feita uma relação dos livros pedidos/ sugeridos no âmbito do Plano Nacional de Leitura e no Plano Regional de Leitura das mesmas. Realçou a relevância do saber ler e escrever como sendo uma ferramenta essencial à nossa sociedade. A nível da cultura, está prevista a continuação de vários eventos culturais, tais como a dinamização da semana da cultura e do espaço do artesão. Falou na intenção de lançar obras de requalificação na biblioteca. Referiu o desenvolvimento de eventos festivos a cultura da nossa terra e da região esteja presente, assim como o apoio de eventos promovidos pelas várias associações/ instituições; a promoção do desporto, indicando o Rali, a Rampa e as provas de carros de pau. A nível do ambiente, salientou a continuação do programa Eco escolas para sensibilizar as crianças e, por conseguinte, os seus familiares. Evidenciou a criação de redes de saneamento básico em algumas veredas onde não existem, numa parceria com a ARM, enaltecendo o trabalho desta última entidade. Esclareceu sobre as transferências correntes e valores correspondentes para as Juntas de Freguesia, Associações, IPSS'S e Bombeiros. A nível do investimento cerca de 10 milhões de euros do Plano plurianual de investimentos. Comunicou a aquisição de duas carrinhas de 9 lugares, sendo que o procedimento já foi adjudicado. Anunciou a realização de várias obras previstas pelas

ew
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

várias freguesias e a intenção de dar continuidade a melhorias em veredas e caminhos municipais. Comunicou que o orçamento foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. O senhor Presidente dedicou umas palavras de agradecimento à Sr.^a Isabel Freitas que tendo iniciado este orçamento, não lhe foi possível terminar. Referiu ter sido o ano em que o orçamento foi iniciado mais cedo salientando que Sr.^a Isabel foi sempre incansável, tendo estado diretamente relacionada, com o sr. Presidente, na elaboração de dez orçamentos. Enalteceu a vontade de fazer sempre pelo melhor, de conseguir verbas, referindo que, lamentavelmente, perdeu-se uma funcionária de excelência, sempre pronta a ajudar e dedicada. Realçou o seu apreço por todo o trabalho desempenhado.

-----Interveio o deputado Laureano Macedo (PS) questionando sobre a localização do caminho agrícola da Pedra Mole especificamente se o mesmo serve de conexão ao Caminho do Lombo, da Levadinha ao Caminho do Lombo, referindo que os moradores pretendiam a continuidade e conexão do mesmo até ao Caminho do Cabouco. Questionou sobre a existência dessa intenção. Acerca do investimento/ aquisição de livros referiu o seu elevado apreço por esta ação assim como da referida disponibilidade da Autarquia em dotar as bibliotecas escolares com esses recursos. Na sua opinião todas as freguesias deveriam ter polos de leitura, salientando a existência de várias escolas primárias abandonadas, em estado de degradação, como por exemplo a escola da Serra de Água e a do Espigão que poderiam ser utilizadas para esse fim, promovendo o envolvimento da comunidade local e evitando o despovoamento destas zonas altas. Sobre os profissionais de informação nos arquivos municipais, nomeadamente na Ribeira Brava não existe arquivo municipal aberto ao público, nem profissionais de arquivo especificamente formados para estas áreas pelo que questionou sobre a previsão, no orçamento da Câmara, de contratação de profissionais de informação, arquivo e biblioteca, com formação superior. Explicou que, desta forma, os pedidos de documentos poderiam ser feitos diretamente com esses profissionais de informação, mediante inventário. Destacou que toda essa informação é apenas uma prática de transparência ativa da instituição.

-----O senhor presidente informou que, relativamente ao Caminho da Pedra Mole existem dois projetos: um para a primeira fase e outro para uma segunda fase. Explicou tratar-se da fase entre a Estrada de São João até à Levadinha e da Levadinha até ao fim do trajeto. Na anterior intervenção referia-se à primeira fase, onde vive mais gente. Sobre os polos

cvb



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de leitura por freguesia disse que implica ter os livros e alguém para dinamizar o espaço. Salientou que os livros é um investimento, mas um funcionário todos os meses acarreta custos. No entanto, considera ser uma situação a ponderar, em alguns lugares e não em todos, sendo preferível juntar esforços e dinamizar por exemplo São João, São Paulo e o Lombo do Moleiro. Sobre o arquivo, indicou que o que tem ocorrido é que a partir de determinada data os documentos são encaminhados para o Arquivo Regional da Madeira.

-----O deputado Laureano Macedo (PS) interrompeu, referindo a não obrigatoriedade do envio de documentos para o Arquivo Regional da Madeira visto tratar-se de património municipal e não do Governo.

-----O senhor presidente salientou o trabalho desenvolvido a nível de digitalização de documentos municipais, referindo que neste momento todas as licenças camarárias que a câmara tinha desde a sua existência encontram-se em suporte digital.

DELIBERAÇÃO DO PONTO 2: Aprovado por unanimidade-----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 3: Aprovado por unanimidade-----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 4: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 5 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2024, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

-----O senhor presidente referiu que o mapa de pessoal, relativamente ao ano anterior, não sofreu grandes alterações. Explicou que o mesmo era composto por cerca de 123 funcionários, sendo que desses há uma licença sem vencimento, seis em mobilidade externa para a ARM, um em mobilidade para a Direção de Estatística. Referiu que é proposto a abertura de 28 vagas, sendo dessas, 16 vagas para assistentes operacionais para as questões de limpezas e trabalhos de pequenas recuperações, trabalhos de administração direta, por todo o concelho. Existe a proposta de 6 técnicos superiores, 2 encarregados operacionais e 4 assistentes técnicos. Salientou a existência de alguma cautela, pelo que no orçamento a despesa com pessoal não atinge os 20%. Referiu que aquando da revelação do anuário financeiro, a Ribeira Brava é das câmaras do país com menor percentagem orçamental em termos de pessoal.

-----O deputado Bruno Correia (RB1) referiu a evidente falta de pessoal para trabalhar na rua.

CS



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Laureano Macedo (PS) demonstrou a sua satisfação em relação à afetação de trabalhadores na biblioteca, realçando que tal não deverá ser uma questão de jeito, ou de apetência para, mas sim a afetação de pessoas formadas que têm conhecimento neste assunto. Indicou não ter visto, no plano de atividades, qualquer visão para a transição digital da parte da Autarquia, dando exemplos de municípios mais pequenos que têm serviço de arquivo aberto ao público com profissionais da área. Reforçou que a presença desses profissionais é essencial para assegurar a transição digital e implementar com maior eficácia o Regulamento de Proteção de Dados. Referiu ainda as questões relativas à Portaria 112/2022, que é de implementação obrigatória por todas as autarquias do país.

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 6 - Discussão e votação da alteração da proposta de fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2023, em conformidade com o disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro;

-----O senhor presidente explicou que já havia sido trazido à Assembleia esta proposta de redução da taxa de IMI familiar no máximo que a lei contemplava, no entanto em Outubro foi publicada a Lei 56/2023 que permite ir mais além nessa taxa, sendo que nos agregados familiares com um dependente o montante passa para 30€, com dois dependentes passa para 70€, e com três ou mais dependentes passa para 140€. Enalteceu que esta é uma forma de conferir mais apoio às famílias com dependentes. Ressalvou que esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 7 - Discussão e votação da 2.ª alteração ao Regulamento de Apoio e Incentivo ao Emprego da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

-----Tomou a palavra o Vereador Jorge Santos, cumprimentando todos os presentes, e explicando que se trata da terceira alteração ao documento, em virtude de terem sido detetadas algumas deficiências no mesmo. Enunciou a questão das férias que sofreu alteração, pois num período de 12 meses tinham direito a 22 dias, podendo ser prorrogado por mais 6 meses, mas não contemplava as férias, pelo que tornou-se necessário clarificar essa situação. Indicou também a questão das faltas justificadas/ não justificadas, em que



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

não se podia dar mais do que um valor, no entanto em caso de acidente de trabalho quando o trabalhador necessitava de ausentar-se mais do que esse período, perdia o direito ao trabalho, referindo que tal também não fazia sentido. Indicou também que o período experimental também foi alargado. Realçou que o principal objetivo do programa é dar a oportunidade de terem formação, adquirirem conhecimento, mas ao mesmo tempo procurarem trabalho, podendo ir a essas ofertas e experiências de emprego sem perderem o direito, em caso de não correr bem, de regressar e continuar no programa. Indicou ainda a alteração referente à bolsa, sendo que era o valor do IAS, e para formados e técnicos superiores com 1.4 de majoração. Realçou que foi entendimento que os assistentes operacionais, pelo seu trabalho exterior, receberem apenas o valor do IAS, sem subsídio de transporte, sem subsídio de alimentação e sem descontos o que era demasiado desumano. Indicou que estes últimos aumentaram para 1.4 e os restantes para 1.6.

-----O deputado Bruno Correia (RB1) referiu que, relativamente ao valor da bolsa será de ponderar o seu aumento devido às mudanças anuais.

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 8 - Discussão e votação da proposta de isenção da ocupação de espaço público para melhoramento de fachada, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

-----O Senhor Presidente informou que esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que resulta do facto do Município estar na fase da regeneração urbana da vila da Ribeira Brava. Salientou que esta é uma forma de incentivar os proprietários dos prédios a melhorar as fachadas, através da isenção do pagamento de taxas para colocação de andaimes. Explicou que esta é uma proposta para ser válida até finais de maio de 2024, para evitar andaimes nas festas de São Pedro. Terá como objetivo o fomento da regeneração urbana nos edifícios privados.

-----O deputado Bruno Correia (RB1) referiu ser um período reduzido para as pessoas poderem decidir.

-----O deputado Rui Almeida (PS) concordou com o deputado Bruno Correia (RB1), considerando que o prazo poderia ser um pouco mais alargado, a nível privado e tendo



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

em conta a conjuntura atual de modo a planear a obra, avaliar custos e poder arranjar empreiteiro para execução.

-----O senhor presidente indicou que a possibilidade seria em fevereiro ou abril para poder trazer à Assembleia a prorrogação.

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

-----Foi aceite por unanimidade a apresentação conjunta do Ponto 9, Ponto 10, Ponto 11 e Ponto 12, sendo a respetiva votação posteriormente em separado.

PONTO 9 - Discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia da Serra de Água para a comparticipação financeira da execução da requalificação de três veredas, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 10 - Discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia da Tabua para a comparticipação financeira da execução da requalificação de nove obras, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 11 - Discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia do Campanário para a comparticipação financeira da aquisição de uma viatura de apoio às limpezas e obras de proximidade, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 12 - Discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia da Ribeira Brava para a comparticipação financeira da requalificação de duas veredas, uma na zona de São João e outra na zona da Apresentação, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

-----O senhor presidente explicou que na verba de investimento estava destinada às juntas de freguesia, no âmbito da assinatura de protocolos na qual a Câmara assumia em 95% da obra até determinado plafond e a Junta assumia o valor de 5%. Explicou o pretendido por cada uma das Juntas de Freguesia, o que, após validação da Assembleia dos acordos de cooperação, essas entidades poderão seguir para o terreno e iniciar os trabalhos.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que ao analisar a proposta da Serra de Água, é visível o orçamento, mas não é referida a entidade a quem vai adjudicar este serviço. Questionou se a própria instituição vai utilizar os próprios meios, como foi atingido aquele valor e se houve consultas.

-----A Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água (PJFSA), Albertina Ferreira (RB1), referiu que será uma entidade que costuma trabalhar com a Junta e que se trata de ajuste direto. -----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) explicou não ser competência da Assembleia ver a quem é adjudicado, mas sim da Junta de Freguesia. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu tratar-se de uma questão de transparência. O deputado abordou questões relacionadas com a Junta de Freguesia da Ribeira Brava, nomeadamente sobre o acesso a informação, indicando que as pessoas são bloqueadas no único canal de comunicação da referida Junta, a página de Facebook. Disse ainda que do ponto de vista de transparência a Junta de Freguesia da Ribeira Brava é uma vergonha e utiliza o Facebook para fazer propaganda. Indicou que a sua vontade seria votar contra, pois a Junta de Freguesia da Ribeira Brava não presta contas a ninguém, não disponibiliza uma página na internet, nem editais, nem atas publicadas, sendo necessária a autorização do Senhor Presidente da Junta para poder ter acesso a esses documentos. O senhor deputado deu os parabéns às restantes Juntas que disponibilizam serviços mínimos, mas com informação atualizada e acessível.

-----O Senhor Presidente esclareceu que esta situação não é só entregar cheques em branco às Juntas, pelo que explicou o seu processamento: desde averiguação das situações com necessidade de intervenção e reunião de orçamentos para avaliar custos. Indicou que a contratação pública é da competência da Junta, mas que a Câmara só entrega o valor quando há o comprovativo de pagamento/ ou de fatura da obra, caso contrário o valor não é entregue. Explicou ainda que no regulamento de apoio às Juntas de Freguesia, eles apresentam o relatório onde é apresentada a aplicação das verbas transferidas. O senhor presidente explicou que a Junta de Freguesia da Ribeira Brava tem órgãos próprios, uma Assembleia de Freguesia com elementos de vários partidos políticos, inclusive do partido do Senhor deputado Laureano Macedo (PS), podendo no âmbito da Assembleia de Freguesia pedir os referidos documentos. Realçou existir várias formas de obter os

C/S
PJ



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

documentos, e que pelo que sabe os orçamentos e relatórios da Junta de Freguesia da Ribeira Brava têm praticamente sido aprovados por unanimidade. Realçou não estar a defender a Junta, mas esta entidade tem a sua própria autonomia financeira, pelo que é preciso ter cuidado com aquilo que se diz. -----

-----Interveio o tesoureiro da Junta de Freguesia do Campanário, João Gonçalves (RB1), cumprimentando todos os presentes e referindo que entende a posição do senhor deputado, porque por lei os documentos como atas e orçamentos terão de ser publicados num site, blog, etc. Em relação à aquisição da carrinha pela Junta de Freguesia do Campanário, explicou que foi feito um regulamento, foi publicamente anunciado o preço da carrinha, foram recebidas duas propostas pelo que optaram pela mais barata, foi criado um júri para analisar as propostas e desta forma foi devidamente adquirida a carrinha. Reforçou que as coisas são feitas de modo claro, que o dinheiro é dado para a aquisição dos bens que são antecipadamente solicitados à Câmara e todos os documentos aprovados em Junta de Freguesia têm de ser publicados, para poderem ser consultados. -----

-----Interveio a Vogal da Junta de Freguesia da Ribeira Brava, Cristina Abreu (RB1), cumprimentando todos os presentes e dirigindo-se ao deputado Laureano Macedo (PS), solicitou esclarecimentos sobre os supostos maus-tratos recebidos no atendimento da Junta e salientou já o ter atendido e isso não se verificou. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) interrompeu dizendo que se tratou de um caso pontual, e referiu lhe ter chegado aos ouvidos outros casos similares, que não estava a falar de todos os funcionários, não mencionado nomes nem contextos específicos por não querer entrar por aí. -----

-----Prosseguindo a sua intervenção, Cristina Abreu (RB1) salientou que o senhor deputado podia ter deixado no ar essa situação de maus-tratos e que é necessário esclarecê-la. Quanto à questão da transparência, explicou que a Junta de momento não tem ninguém para criar uma página da Junta, que o Presidente da Junta Marco Martins já revelou essa intenção, que estão a aguardar a aprovação de uma candidatura ao centro de emprego para uma pessoa formada nessa área para poder tratar da página da Junta. Explicou ainda, que têm muitas reclamações relativamente à limpeza de veredas, e pedidos de requalificação, referindo que a freguesia da Ribeira Brava é muito grande, desde a Furna às Fontes, sendo uma dimensão muito grande para os trabalhadores



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

disponíveis. Realçou que a mão de obra da Junta é fundamentalmente disponibilizada pelo Centro de Emprego e que houve uma redução das quotas para as Juntas de Freguesia. Enalteceu que fazem o melhor que conseguem, que gostariam de chegar a todos, mas simplesmente não é exequível, e que em caso de optar por várias situações, a prioridade é onde tem mais densidade populacional-----

-----O deputado Bruno Correia (RB1), sobre o apoio às Juntas, salientou que os deputados da Assembleia deveriam receber mais informação, dando como exemplo da Junta de Freguesia do Campanário, na documentação deveria constar a marca do veículo, quantos lugares, etc.

-----O senhor presidente explicou que a Junta só vai adquirir a carrinha se o contrato for assinado, tem de haver contratação pública e que nesse processo não pode constar referência à marcas comerciais. -----

-----Interveio a PJFSA, Albertina Ferreira (RB1), referindo que há assuntos que são discutidos em assembleia de freguesia, como órgão independente, sendo que depois as contas são apresentadas. Explicou que foram pedidos orçamentos e que não os podia colocar na proposta, porque o melhor orçamento, no momento o responsável está hospitalizado e não se sabe se poderá realizar a obra. Realçou que a transparência é dada através do protocolo com a câmara e que depois as contas são apresentadas.

-----O deputado Laureano Macedo (PS) disse discordar do que foi dito e que estavam a discutir a transparência interinstitucional. Referiu existirem cidadãos que leem documentos, e que quando se confere a documentação de uma câmara, é necessário confrontar com documentos de outros órgãos para haver cruzamento de dados e informações. Reforçou que a informação tem de ser pública o que é um direito e não um privilégio. Indicou que no caso da Junta de Freguesia da Ribeira Brava não existe informação desde 2018.

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) disse entender a questão de os deputados pedirem mais informação, no entanto após a sua aprovação em Assembleia Municipal, a Junta pode adjudicar a qualquer entidade, independentemente de esta estar ou não discriminada na proposta. Realçou que a informação exposta se refere apenas a uma consulta, podendo ser feita depois a mais. Enalteceu que se alguém agir de má fé vai ter de prestar contas às autoridades e à Assembleia. Salientou que sabe a dificuldade que foi para os presidentes

CB



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de junta apresentar esta proposta, sobretudo devido à dificuldade de conseguir orçamentos. Adiantou que enquanto deputado a informação que lhe interessa é que a Junta vai arranjar tal vereda, e vai querer ir visitar a vereda arranjada e a Câmara vai receber a fatura e vai disponibilizar a verba.

-----Interveio a deputada Karina Ferreira (RB1) questionando o presidente da Junta de Freguesia da Tabua se vai recuperar novamente a Vereda do Força, recuperada este ano, o que vai ser feito nessa vereda e se vai limpar o ribeiro que está do outro lado. Realçou saber que não é competência da Junta nem da Câmara, mas infelizmente os donos dos terrenos já faleceram todos. Referiu ser a única prejudicada naquela zona, salientou ter feito a limpeza da sua parte e questiona se há alguma possibilidade de limparem o restante terreno que alguns indicam como ribeiro, lanço, ou linha de água. -----

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Tabua, Manuel Inácio Côrte (RB1), cumprimentando todos os presentes, e referindo que na vereda do Força serão construídos uns muros. Em relação ao ribeiro, informou que já foi pedido o orçamento e foi apresentada uma proposta de 2 mil euros, sendo este um valor muito elevado tendo em conta o orçamento da Junta. Além disso, salientou que os ribeiros não são responsabilidade da Junta e que a Tabua tem outros ribeiros, alertou para o fato de que ao limpar este terá de ser feito o mesmo nos restantes. Adiantou que tentaram obter orçamentos mais baixos, estando ainda a aguardar uma resposta. Disse ainda que a resposta obtida pelos Serviços Hidráulicos, que estiveram no local, é que se for um curso de água pequeno, os proprietários dos terrenos é que têm de fazer a limpeza. Caso seja um curso de água de maior dimensão a responsabilidade pertence à Câmara Municipal. -

-----A deputada Karina Ferreira (RB1) mencionou os pedidos de ajuda apresentados à Câmara, em 2019, e que no seu caso os restantes terrenos estão abandonados. Salientou que a sua moradia está sempre com problemas de águas daí derivados. Reforçou que estar a pedir ajuda como residente no concelho. -----

-----O senhor presidente explicou que a competência dos ribeiros, nos centros e aglomerados urbanos, é competência da Autarquia. Nos espaços mais rurais, a responsabilidade é de quem tem os terrenos anexos ao ribeiro. Salientou que tentam sempre, na medida do possível, fazer limpeza de alguns ribeiros e que os Serviços Hidráulicos também têm colaborado. Referiu a questão de os terrenos nunca terem dono

els



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

e espera que o programa de cadastro dos terrenos avance o mais rápido possível. Deu um exemplo acontecido na Autarquia, numa situação de pedras em risco de queda não havia donos, no entanto quando a Câmara interveio surgiu uma comunicação no diário a relatar invasão de propriedade privada por parte da autarquia. -----

-----Interveio o deputado Rui Almeida (PS) reforçando a necessidade legal da Junta de Freguesia divulgar os dados. Referiu o Caminho da Boa Morte, junto à Quinta do Til, que está em obras, questionando se está previsto fazerem uma ligação às habitações, apesar da estrada já estar a descer noutra sentido. -----

-----O senhor presidente informou ter sido entregue um abaixo-assinado a pedir uma via para o outro lado. Indicou que a estrada estava já adjudicada com aquele valor e com aquele trajeto, pelo que não é legal a sua alteração. Explicou que o que foi pedido foi um levantamento do valor em questão, estando essa situação a ser ponderada em termos orçamentais. Explicou ainda a questão da PH no local, levando à necessidade de projeto com termo de responsabilidade. -----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 9: Aprovado por unanimidade-----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 10: Aprovado por unanimidade-----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 11: Aprovado por unanimidade-----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 12: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 13 - Discussão e votação da proposta da não atualização das taxas e outras receitas para o ano 2024, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6, Capítulo I, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Ribeira Brava.

-----O senhor presidente referiu que o regulamento de taxas que foi recentemente aprovado e publicado a 14 de agosto de 2023, contempla no seu artigo sexto a possibilidade de atualizar as taxas anualmente, mediante proposta da Câmara, tendo por referência o índice de preços ao consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística referente à variação média da inflação dos últimos doze meses. Explicou que no caso da Região Autónoma da Madeira esse valor seria de 5.82%, pelo que apresenta uma proposta à Assembleia Municipal para atualizar as taxas para 5.82%. Realçou que o regulamento, há menos de um ano, foi alvo de um estudo financeiro para a respetiva



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

aprovação e respetivas taxas, portanto os valores, em princípio, estão atualizados. Indicou que a proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 14 – Foi apreciado o Relatório do 1.º Semestre da Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O senhor presidente explicou ser um documento feito para ser apreciado pelos auditores, sendo este um relatório semestral referente aos primeiros meses de 2023. Destacou o facto de terem tido sempre fundos disponíveis, positivos; ter aumentado a capacidade de endividamento, embora ainda não tinha sido necessário recorrer às verbas, relativamente ao empréstimo aprovado em Assembleia Municipal. Referiu tratar-se de uma obrigatoriedade legal e para ser mais preciso é o relatório anual, que é apreciado a par das contas de gerência. Indicou que nos primeiros seis meses, comparando com o ano anterior, houve um aumento das receitas, das licenças para obras, em termos das transações recebidas a nível do IMT, ao nível dos parques de estacionamento. Isso é fruto do dinamismo que está a ocorrer no concelho e na Região e que está a impulsionar o investimento e aumento de transações. Indicou que também houve um aumento ligeiro na despesa. Concluiu que essa informação reflete estar no bom caminho financeiro neste primeiro semestre de 2023. -----

PONTO 15 - Discussão e votação da proposta do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas da Câmara Municipal da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O senhor presidente explicou que há alguns anos que a câmara vem tendo este plano, e avaliação patente. Informou que reverte da Lei 54/2008, que têm aparecido alguns diplomas legais e que a 1 de julho de 2009 também foi aprovada uma recomendação. Indicou que em 2016 a Câmara Municipal aprovou nesta Assembleia sob proposta da Câmara o seu Plano de Prevenção e Riscos, tendo sido feita em 2019 e em 2021 a sua revisão. Indicou a necessidade de adotar este plano, de acordo com as novas orientações do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), e fruto das alterações feitas ao nível



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

da orgânica da Câmara. Explicou que o novo plano está adaptado à nova orgânica do Município, caracteriza diferentes tipos e formas de corrupção e de riscos, identifica as áreas de maior e menor risco, bem como faz uma graduação desse risco, identifica medidas de prevenção, medidas preventivas e corretivas, metodologias a ter em conta e como deve ser feito o necessário acompanhamento e avaliação. Informou ainda que o plano foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara e que após aprovação em Assembleia, o documento será enviado para o MENAC. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que este plano não tem informação, relativamente aos riscos da parte da secção de arquivo: depósito, extração, remoção de documentos, riscos de digitalização e comunicação. Indicou que o perigo de vazamento de dados e informações não está definido numa competência específica, referindo identificar riscos muito grandes na parte do arquivo. -----

-----O senhor presidente indicou que o mesmo está incluído no risco de forma geral. Explicou que foram tratadas algumas situações de maior risco, ou de algum risco patente de corrupção. Explicou que está identificado um risco geral, para todos os serviços do município: “Risco de quebra dos deveres funcionais e valores, tais como a independência, integridade, responsabilidade, transparência, objetividade, imparcialidade e confidencialidade.” Explicou ainda que o trabalho foi feito por uma empresa externa, sendo que a mesma fará a avaliação dos riscos. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) esclareceu que se referia ao arquivo como todo um sistema de informação da organização. Sugeriu que, no próximo plano, ou próximo reporte, possam ser contempladas medidas de mitigação de riscos relativamente a essa área de serviço. -----

-----Interveio o deputado Bruno Correia (RB1) acrescentou que, relativamente ao documento e interpretação de dados, deverá ser um documento relacionado com a parte da proteção de dados, a nível da parte digital/ documental, e não propriamente este plano em discussão. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) disse que a Assembleia Municipal apenas tinha embebida num documento provisional o plano de atividades do ponto de vista orçamental, salientou não haver um plano de atividades da Assembleia e alertou que o mesmo deveria resultar de um processo colaborativo e não ser apenas o mero cumprimento do prazo das



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

sessões ordinárias previstas por lei. Indicou ainda que, sobre a proteção de dados, não se recordava de ter assinado qualquer documento relativamente à gravação de dados pessoais, como é o caso das gravações da Assembleia. -----

----O deputado Hélder Gomes (RB1) referiu que, relativamente à questão dos documentos digitais, está contemplado no documento, tal como: “Acesso indevido a informações sigilosas: Controlo de acessos a arquivos e software, incluindo os acessos efetuados pelo serviço de informática.” Sobre a proteção de dados da gravação da Assembleia, indicou ter existido uma proposta para gravação em vídeo das sessões, o que não foi aprovado visto ser completamente ilegal. Realçou saber que o que será dito em Assembleia será gravado e que todos os participantes da mesma têm esse conhecimento, não estando ninguém contra a sua vontade a ser gravado, não sendo por isso um problema no seu papel de Deputado Municipal. -----

----O deputado Laureano Macedo (PS) esclareceu que, como estão a ser inundados com normas, informações e procedimentos, para salvaguarda dos serviços e do funcionamento normal das organizações é importante que este tipo de informações, quando solicitadas, estejam disponíveis, e sejam aprovadas em Assembleia. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 16 - Discussão e votação da proposta de Delimitação e Justificação das zonas de Pressão Urbanística, nos termos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do n.º 3, do artigo 3, do DL N.º 67/2019, de 21 de maio; -----

----O senhor presidente salientou a necessidade de existir habitação, pelo que o Governo Regional, ao nível do PRR, contemplou a construção de alguns fogos habitacionais, na zona da Tabua, sendo que a Câmara tem uma candidatura de projeto para 6 fogos numa escola em Campanário. Abordou a questão de incentivo e apoio aos jovens que desejem habitar no concelho. Explicou que existem muitos prédios devolutos, pelo que uma forma de incentivar os donos a recuperar esses prédios passou pela criação dessas delimitações de zonas de pressão urbanística, que se caracteriza pela existência de prédios devolutos, em estado de degradação. Referiu a existência destes prédios devolutos e as dificuldades de acesso à habitação por parte de muitos agregados familiares. Explicou ser necessário a criação de meios para promoção de novas habitações ou de habitações com condições



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de habitabilidade condignas, e que a delimitação e justificação das zonas de pressão urbanística permite também a aplicação das medidas da política habitacional: que visam aumentar a oferta e adequação da habitação, bem como incentivar a reabilitação e ocupação dos prédios devolutos, entre essas medidas destaca-se o agravamento do imposto municipal, mas também desincentivar alguma especulação imobiliária e promover a reabilitação. Indicou três zonas, em três freguesias: no Campanário, na Ribeira Brava e na Tabua, explicando a localização de cada uma delas. Enalteceu o fato destas serem medidas e ferramentas que estão a ser criadas, além dos benefícios ao nível da ARU, tentando criar condições para as pessoas reabilitem os prédios permitindo assim uma maior oferta de habitação no concelho. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

PONTO 17 - Discussão e votação da proposta do Plano Municipal de Proteção Civil da Ribeira Brava, para posterior submissão à aprovação do membro do Governo Regional que tutela o setor da proteção civil, nos termos do n.º 2, do artigo 5, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro.

-----O senhor presidente explicou que, de acordo com a Resolução 30/2015 e com a Lei de Bases da Proteção Civil, assim como a própria diretiva relativa ao critérios e normas técnicas para a elaboração/ operacionalização dos planos de emergência de proteção civil, os planos de emergência de proteção civil, no âmbito municipal das Regiões Autónomas, são elaborados pela Câmara e aprovados pelo membro do Governo Regional que tutela a Proteção Civil. Mais explicou que a Resolução de 30/2015, artigo 9, refere que os planos têm que ser revistos no prazo de 5 anos, sendo que o da Câmara era anterior a 2014, tendo sido dos primeiros planos municipais da Madeira. O senhor presidente explicou as demoras na revisão, derivadas da atualização da cartografia digital e também o conjugar com a cartografia que foi feita para alteração ao PDM, bem como a atualização de algumas cartas de risco. Explicou que foi contratada uma empresa para fazer este trabalho, em colaboração com o Gabinete da Proteção Civil, e que a 28 de junho de 2023 foi aprovada a submissão a consulta pública do projeto de revisão. Informou que dessa consulta pública houve alguns contributos, alguns aceites e outros não. Mais informou que a Comissão de Proteção Civil reuniu para dar parecer, tendo dado parecer positivo. Explicou o que foi feito na revisão: atualização dos dados municipais, os espaços



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

municipais e as questões de legislação: passa a fazer parte da Comissão de Proteção Civil os presidentes de Junta de Freguesia. Concluiu que, na generalidade, o documento foi melhorado de forma que estejamos mais preparados para enfrentar emergências quer a nível de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que afetem as populações, o seu património, o ambiente ou atividades socioeconómicas. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) falou do tremor de terra que houve em março de 2020, questionando se houve ou não identificação das casas que foram afetadas por causa do sismo. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Tabua, Manuel Inácio Côrte (RB1) abandonou a sessão pelas 13 horas e 40 minutos. -----

-----O senhor presidente informou que, relativamente ao sismo que houve, salvo erro, foram reportadas duas situações à Câmara, e que após vistoria, o relatório indica que as anomalias não eram consequência do mesmo. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu potenciais derrocadas em sítios onde existe habitação, dando o exemplo da Fajã dos Bichos, realçando que este é um sítio que com apenas uma saída, questionando se essa situação está contemplada, e de que formas poderão mitigar-se situações de eventual derrocada. -----

-----O senhor presidente deu exemplos de trabalhos realizados neste âmbito, nomeadamente no Espigão, tendo sido solicitada a colaboração dos rocheiros do Governo para uma limpeza na escarpa, para mitigar o risco. Referiu terem sido feitas algumas situações pontuais pelo concelho, salientado não ser um trabalho fácil devido à quantidade de escarpas e montes existentes no concelho. -----

-----O deputado António Silva (RB1) referiu que se soubesse o que há de rochas para cair na Serra de Água, ninguém lá ia. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade dos presentes (24 votos – Ausência do Presidente da Junta de Freguesia da Tabua) -----

-----O segundo Secretário da Assembleia Municipal, André Geraldo da Côrte, passou à leitura da minuta e das deliberações referentes à sessão. Colocada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

-----E nada mais havendo a tratar, a primeira secretária da mesa da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas treze horas e cinquenta e um minutos, da

ewS



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, André Geraldo da Côrte, segundo secretário da mesa, redigi e vou assinar conjuntamente com a referida primeira secretária, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 14 de dezembro de 2023

A 1º Secretária, Maria Estelita Gonçalves da Silva

O 2º Secretário, [Assinatura]

